GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

DARLANN APARECIDO PASQUALOTTO

RESUMO

A educação inclusiva é uma realidade nas redes públicas de ensino do Estado de São Paulo, é uma proposta desafiadora, uma maneira de promover a educação para todos e incluir todos no mesmo espaço em comum. Quando falamos da inclusão do estudante Surdo, não podemos pensar em apenas aceitá-lo na escola, são necessários diversos tipos de recursos, e um deles é o Intérprete Educacional. O presente trabalho, enfoca como a gestão democrática é importante para enfrentar os desafios decorrentes que se apresentam no dia a dia da comunidade escolar para a inclusão dos estudantes Surdos. A gestão democrática, é uma forte influência nas ações efetivas para a inclusão, desde a forma como recebemos o estudante e o profissional que possibilita a acessibilidade e o acesso comunicativo nas interações com as pessoas na escola. Para incluirmos estes sujeitos nos processos democráticos, é preciso que sintam – se importantes e pertencentes nas discussões, nas mudanças cotidiana com respeito e consideração da inclusão de todas as vozes.

Palavras-chave: gestão democrática; inclusão; interlocutor de libras

INTRODUÇÃO

A palavra democracia tem origem no grego demokratía que é composta por demos (povo) e kratos (poder ou forma de governo), dessa maneira o gestor escolar ou mais conhecido como diretor escolar, além da parte burocrática que vão desde prestação de contas até a gestão dos relacionamentos, é a figura central de uma instituição de ensino, portanto, ele precisa ser polivalente para conseguir desempenhar com maestria todas as responsabilidades que são inerentes ao seu cargo, saber orientar os professores, coordenar a construção e atualização do Projeto Político Pedagógica, analisar os resultados de aprendizagem dos estudantes, liderar a elaboração dos caminhos de melhoria, de garantir espaços, a participação efetiva da comunidade escolar e muito mais. São tantas as responsabilidades de quem assume a Gestão na Educação que, compreender o ponto que ele precisa mirar para alcançar seus objetivos que nesse contexto não é nada fácil e tudo isso com uma Gestão democrática onde se faz necessário a participação de todos os atores que fazem parte do ambiente escolar.

A Gestão Escolar Democrática é parte da narrativa dos educadores e dos programas educacionais, nos escritos educacionais não existem de quem seja a favor de uma escola autoritária ou de programas que atendem conta princípios da autonomia, da liberdade e do protagonismo dos estudantes, apesar desse discurso ser corrente, está bem consolidada no campo educacional, o fato é que a gestão escolar democrática ainda desafia os diretores de escola em todo país.

Na história da educação brasileira, a escola democrática ganhou força a partir a década de 1980, no qual o processo de redemocratização do país, que vem sendo vivenciado ao longo dos anos por toda sociedade, no que diz respeito ao âmbito político, foram ocorrendo mudanças em todos seus segmentos e a escola como instituição tem como compromisso, socializar o saber historicamente construído e não poderia estar alheia a todas essas mudanças.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988, diz: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Significa dizer então que a escola tem como atribuição o desenvolvimento pleno do indivíduo. Para que essa finalidade seja atingida a Lei 9394/96 ainda estabelece as seguintes atribuições ao estabelecimento de ensino:

I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II. Administrar seu pessoal e o seus recursos materiais e financeiros;

III. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidas;

IV. Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V. Prover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;

VI. Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII. Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre execuções de sua proposta pedagógica.

(LBD, artigo 12)

A LDB, estabelece a flexibilidade nas formas de organização escolar, de acordo com as necessidades de aprendizagem ou de localização geográfica, clientela ou outros aspectos.

Assim, vemos que, o Gestor Escolar precisa observar o meio que a escola está localizada, aprender a ouvir sua comunidade

escolar, ouvir os professores e principalmente os anseios dos alunos, que essas observações e conversas possam guiar a construção do Projeto Político Pedagógico, que irá definir a identidade da escola e indicar os caminhos para o Ensino com qualidade e de uma gestão democrática.

INCLUSÃO NECESSÁRIA

Muito se tem discutido sobre a acessibilidade, que é a inclusão de todas as pessoas com deficiência ou capacidade reduzidas, e a escola tem um papel fundamental para o acesso e permanência com qualidade do estudante com deficiência, nesse capítulo, iremos buscar os desafios da Gestão Escolar para incluir e manter esse aluno na escola, especialmente iremos focar nos estudantes Surdos.

A escola tem a responsabilidade de promover a inclusão, para tanto, deve se adequar para receber alunos com deficiências, para garantir o direito à igualdade presente na Constituição Federal (BRASIL, 1988), existem leis específicas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), o Decreto lei nº 5296/2004 (BRASIL, 2004), como forma de se fazer cumprir a igualdade garantir inclusão de todos.

Para Vigotski, é clara a importância do ambiente no desenvolvimento de toda criança, assumindo um papel ainda mais crucial no caso da criança com deficiência. A mediação do adulto, ou do contexto cultural, para o seu desenvolvimento, não é apenas desejável, mas fundamental. Ela irá desenvolver-se, segundo Vigotski, em função das suas experiências com o contexto social em que está inserida, já que, para internalização dessas experiências sociais, que o seu psiquismo se constitui. Daí decorre a afirmação do autor, que o desenvolvimento incompleto das funções superiores na criança com deficiência se deve ao seu isolamento do contexto social.

Portanto, a gestão democrática, é fundamental para que esse desenvolvimento seja efetivo, e que estes estudantes sejam incluídos no ambiente escolar. Para isso, é necessário discutir com todos os envolvidos, as necessidades, as decisões sobre a organização e a coordenação dos trabalhos para a inclusão deste estudante. A figura do diretor escolar é essencial para implantação e o bom desenvolvimento de qualquer inovação pedagógica, pois, é ele que permite abertura de novos espaços necessários para o aprendizado do estudante.

Para inclusão do estudante Surdo, o diretor tem como apoio o Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que estabelece o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares, isso significa que eles precisam aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua e na resolução SE 8, de 29 de janeiro de 2016 no artigo primeiro, que serão atribuídas as aulas a docentes para atuar, como Interlocutor de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na unidade escolar que contar com alunos matriculados em ano/série do ensino fundamental ou médio, inclusive na educação de Jovens e Adultos - EJA, com deficiência auditiva, surdos ou surdo cegos que utilizem a LIBRAS como forma de comunicação.

Mesmo com essas medidas, fica muito distante de contemplar todos os estudantes e o Diretor nas inúmeras funções burocrática, envia um pedido para a Diretoria de Ensino da região que pertence a escola e em seguida solicitado para a Secretaria da Educação do Estado para encaminhar um interlocutor de Libras para o atendimento, e quando a escola é contemplada, aparecem inúmeros desafios que será descrito no próximo tópico.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO

Na busca de solucionar os problemas de comunicação dos estudantes Surdos, quanto sua inserção na escola inclusiva da rede Estadual de São Paulo, surgem proposta de reconhecimento de que estes necessitam de apoio específico, de forma permanente ou temporária, para alcançar os objetivos finais na educação e, então, devem ser oferecidos, apoios tecnológicos e humanos que contemplam suas necessidades. Um desses apoios é o intérprete educacional, o qual foi incorporado há vários anos no espaço educacional em vários países.

Nos documentos da Secretaria Estadual de Educação permanece a nomenclatura professor interlocutor de Libras ao invés de intérprete educacional como consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Porém, observamos que, na prefeitura de São Paulo, a exigência desse profissional para a contratação é tratada de uma forma diferenciada da rede do Estado de São Paulo. Para a contratação de um intérprete de Libras na rede municipal de São Paulo, se faz necessário em sua formação, Diploma/Certificado de curso superior, devidamente registrado e reconhecido pelo MEC, de conclusão de curso em graduação de Bacharelado ou de Licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras:

Libras/Língua Portuguesa como segunda língua; ou, caso não se enquadrem ter: Licenciatura em Pedagogia com ênfase na Educação de Surdos ou Graduação/licenciatura em qualquer área de conhecimento, acrescido de: Certificado de Curso de formação profissional em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, reconhecido pelo MEC e pelo Sistema que o credenciou,

de no mínimo 180 horas; ou. Certificado de Curso de extensão universitária em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, reconhecido pelo MEC e pelo Sistema que o credenciou, de no mínimo 180 horas; ou. Certificado de Curso de formação continuada em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa promovido por instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e/ou instituições credenciadas por Secretarias de Educação devidamente reconhecidas pelo MEC, de no mínimo 180 horas; ou, Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS ou FENEIS ou CAS) devidamente reconhecido por uma Secretaria de Educação e/ou MEC.

Enquanto a rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, os interessados a candidato à vaga de Interlocutor de Libras, tenha diploma ou certificado de curso de licenciatura em "Letras -LIBRAS"; certificado expedido por instituição de ensino superior ou por instituição credenciada por Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação; certificado de habilitação ou especialização em Deficiência Auditiva/ Audiocomunicação com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas em LIBRAS; diploma de curso de licenciatura acompanhado de certificado de proficiência em LIBRAS, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas; diploma de curso de licenciatura, com mínimo de 120 (cento e vinte) horas de LIBRAS no histórico do curso. Na ausência de docentes que apresentem habilitação/ qualificação, na conformidade do previsto neste artigo, deverão ser observadas as qualificações previstas para as aulas do Atendimento Pedagógico Especializado - APE, atendendo ao disposto na resolução concernente ao processo anual de atribuição de classes e aulas.

§ 4º - Persistindo a necessidade de docente interlocutor da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na forma de que trata o parágrafo anterior, poderão ser atribuídas aulas a portador de diploma de nível médio com certificado de curso de treinamento ou de atualização, com no mínimo 30 horas em LIBRAS, em caráter excepcional, até que se apresente docente habilitado ou qualificado.

Nessa perspectiva vamos ao encontro de Cokely (2005), que considera que o curso inicial deve focar em interações dialógicas, ou seja, a sequências de disciplinas deve ter como foco o desenvolvimento da competência discursiva, que é necessário aprofundar a interpretação simultânea na formação desses profissionais, visto ser a mais complexa, ou seja, uma formação completa deve proporcionar a consciência de que, a tradução e interpretação são estratégias a serem usadas em várias situações, desse modo acreditamos que o profissional que faz somente um preparatório de 120 horas, não estaria preparado para atender o educando de modo que, a falta de convivência da língua de sinais, pode tornar o intérprete educacional um obstáculo pedagógico para o entendimento do estudante aos temas apresentados no cotidiano.

Dessa maneira, se deparam com muitas dificuldades de comunicação entre interlocutor e estudante Surdo x comunidade escolar, não garantindo a comunicação e o aprendizado eficaz, trazendo dificuldades de entendimento sobre a aula e dificuldade nas relações.

Schick; Williams and Bolster (1999), discutem que os intérpretes malformados podem dar informações imprecisas causando certos problemas. Em sua pesquisa, avaliaram um grupo de intérpretes e os resultados indicam que os conteúdos frequentemente distorcidos e inadequados em relação à informação desejada. O vocabulário é, em geral, muito melhor que o desempenho dos intérpretes em aspectos gramaticais e discursivos. O que ocorre na escola não é avaliado por ninguém, e todos os problemas escolares apresentados podem erroneamente ser atribuídos as dificuldades da criança.

(...) as línguas não se aprendem em cursos de curta duração, mas em anos de trabalho e contato com a segunda língua. A língua de sinais é, de fato a segunda língua para esses professores e intérpretes e as consequências deste processo – satisfatórias ou não, de contato com a língua aprendida artificialmente – encontram-se refletidas diretamente no desenvolvimento dos alunos surdos na escola. (QUADROS, 2006, p.151152).

Acreditamos que, muitos destes profissionais se acomodam, acham que o curso que fizeram irá ser necessário nas interpretações das aulas. Tiram a responsabilidade de si mesmo, com a desculpa de que os estudantes são crianças e não há necessidade de muito vocabulário em Libras. Isso é um equívoco, pois é na infância que se começa um trabalho para que esses possam ter sucesso na leitura e escrita do Português, dessa maneira vamos ao encontro das ideias de Quadros e Schmiedt (2006).

Com a falta da fluência da Libras pelos Interlocutores e da falta de conhecimento da cultura Surda, pela comunidade escolar, se cria uma falsa ideologia de que o estudante Surdo seria o problema e não as informações imprecisas em "Libras", que chegam até eles pelo profissional.

Concordamos com Martins (2006), que ao falar sobre a falta de preparo e formação específica atualmente presentes, além de prejudicar a formação do estudante surdo, dificulta a escolha e acarreta o descrédito da profissão: prejudicando os profissionais que tem investido na qualificação nesta área.

Quadros (2004), salienta que o intérprete é um agente envolvido no processo de comunicação, com poder de influenciar o ob-

jeto e o resultado da tradução, assim o intérprete necessita dominar a língua de sinais e a língua portuguesa.

A educação dos Surdos é motivo de grandes polêmicas. O ministério da Educação defende a inclusão de todos nas escolas regulares, mas os educadores que trabalham nessa área, dizem que as escolas melhores para os alunos surdos, são as especializadas, as Escolas Bilíngues para Surdos.

Segundo Moura (2008), as escolas bilíngues implicam em compreender essa língua espaço - visual e o papel que ela exerce dentro da instituição, sendo assim, o bilinguismo tem sido apontado como o mais adequado para o aprendizado da Língua Portuguesa pelos surdos.

O Bilinguismo, visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social: a Língua de Sinais (que no Brasil é a LIBRAS), e a língua da comunidade ouvinte (Português) Damázio (2007).

Aumentando mais essa discussão, a Universidade de São Paulo (USP), realizou um estudo em 2002, para avaliar o desenvolvimento dos surdos na área da educação. Através do coordenador Fernando Capovilla, nove mil e duzentos estudantes de 6 a 25 anos, foram acompanhados e submetidos a realizarem provas.

Durante 11 anos, os resultados mostraram quem aprendiam melhor a ler, escrever, a fazer leitura labial e aprendiam a Libras, nos ambientes que tinham professores e colegas que sabiam a Língua de Sinais. Com isso, tiveram competência e um bom desenvolvimento nas provas do Saresp, Provinha Brasil e Prova Brasil.

Segundo Godoi (2013), é necessário criar uma proposta educacional bilíngue que atinja toda a população por conta da dificuldade na preparação e qualificação dos profissionais envolvidos, nesse sentido, apostar na educação inclusiva, colabora para uma transformação social, que discuta efetivamente os princípios de igualdade, solidariedade e do convívio respeitoso entre todos os cidadãos.

Assim, entendemos que a realidade é bem diferente, pois a grande parte dos estudantes surdos da rede pública do ensino, não tiveram o ensino da Língua portuguesa como segunda língua, desta maneira, chegam no ensino médio defasados, sem estrutura para adquirir conhecimentos de acordo com o respectivo ano/série, assim, o interlocutor de Libras precisa muitas vezes abdicar dos conteúdos dado naquele momento pelo professor, para ajudá-lo nos conhecimentos básicos que não foram contemplados por ele nos anos/séries anteriores.

Segundo Cartolano (1998), a educação especial não tem se constituído, em geral, como parte do conteúdo curricular de formação básica, comum do educador, que quase sempre é vista como uma formação especial reservada apenas àqueles que desejam trabalhar com estudantes com deficiência.

A formação dos professores tem sido algo muito falho nesta questão, muitas vezes, o conteúdo curricular na graduação, não abrange a educação especial e muitos deles se queixam que não tem dinheiro para fazer uma especialização ou não tem interesse pela área, e esses mesmos professores sem informações, se deparam com estes estudantes e o Interlocutor de Libras na sala de aula, e não sabendo trabalhar nesta situação, repassam suas responsabilidades e atribuições como educadores para estes profissionais, ocasionando muitas vezes desconfortos e desconfianças entre si.

Em nossas revisões bibliográficas, citamos o livro “Diálogo e Saberes de Mandaguari”, volume 8, na qual, reproduzimos a entrevista realizada com dois professores, que citam dificuldades encontradas na inclusão de estudantes Surdos e no trabalho do Intérprete de Libras.

“Quais os pontos positivos e os negativos na escola inclusiva para os Surdos com o Intérprete de Libras?”

Professora 1: “Interpretando as aulas em libras, os estudantes surdos compreendem melhor os conteúdos explicados pelos professores, tiram suas dúvidas, tem o auxílio do intérprete para fazer as atividades em sala, e consegue se comunicar com seus colegas e outras pessoas da escola. Porém, há muito que melhorar na inclusão destes estudantes, falta materiais didáticos apropriados em libras, explorando o visual. Professores e funcionários da escola precisam fazer cursos na área da surdez para compreenderem melhor os estudantes surdos, e conseguirem elaborar seus planejamentos, utilizar estratégias explorando mais o visual de seus alunos”.

Segundo a professora entrevistada, as escolas não possuem materiais apropriados. Esse é um grande problema, pois as aulas são planejadas no modelo ouvintista, ou seja, para os estudantes ouvintes e muitas vezes sem recursos visuais, dificultando o entendimento dos estudantes Surdos, que necessitam destes recursos para assimilar melhor as aulas.

De acordo com Skliar, o ouvintismo se refere aos sistemas de representação e compreensão que os ouvintes fazem e impõem sobre a surdez e os surdos, uma vez que o mundo é narrado, explicado e normatizado a partir da experiência de ser ouvinte.

“O que você pensa sobre a Inclusão dos alunos na escola regular e o Intérprete de libras na sala de aula?”

Professor 2: “Não concordo com a inclusão, penso que seria melhor para estudarem em escolas especiais para Surdos, com professores surdos, pois, não sei Libras, e também não sei se a intérprete passa todas as informações da minha aula para os alunos Surdos, muitas vezes, a intérprete me pergunta o significado de alguns termos técnicos da química para poder explicar para os surdos e diz que não tem sinais para alguns termos, e muitas vezes eles tiram notas baixas na minha matéria”.

Outra dificuldade encontrada para o interlocutor de Libras no seu ambiente de trabalho, são alguns professores não confiarem ou simplesmente não acreditarem no trabalho que está sendo desenvolvido por esse profissional. Citamos uma fala de uma colega interlocutora de Libras, sobre um comentário de uma professora. A professora relatou, que a intérprete estaria conversando com os estudantes ao invés de interpretar o conteúdo. Estes estudantes, do 1º ano do ensino médio, que acompanhamos por um ano, por não conhecerem a língua portuguesa com suas regras e por ser aula de filosofia, uma aula totalmente abstrata, foi necessário usar outros meios, unindo se com a Libras para que os estudantes entendessem o assunto, assim, veio a insegurança e a falta de confiança desta professora. Mesmo explicando à professora, que era necessário usar outros meios para ajudar os estudantes, a tentar compreender algo abstrato, a professora rejeitou e negou a intérprete na sala, pois, para ela, sua experiência de anos na educação, nunca precisou de ninguém para ajudá-la na sala.

Os textos traduzidos/interpretados na sala de aula, visam sobre temas diversos e variam o grau de complexidade de acordo com o vocabulário. Conteúdos de algumas disciplinas, por exemplo, as que pertencem as ciências da natureza biologia, física e química, por possuírem termos específicos, é comum a inexistência de termos equivalentes em Libras (QUADROS, 2007).

Essa é uma das maiores dificuldades do Interlocutor. Muitas vezes, o professor além de não fazer um projeto de apresentação diferenciado para estes estudantes, não disponibiliza as aulas com antecedência, e sendo uma aula com um nível de complexidade, palavras técnicas associadas a determinados assuntos, o interlocutor não encontra sinais para as respectivas palavras, e não tem a oportunidade de encontrar a tempo, uma maneira de interpretar o conteúdo com maestria, além de ter que se virar em cinquenta minutos para garantir que o estudante adquira as informações sobre aquele assunto.

Uma nova situação que deparamos, foi conhecer uma colega de trabalho que iremos chamá-la de Claudia, nome fictício, a qual é contratada como Interlocutora de Libras em uma escola estadual desde 2014, e atendeu um estudante com deficiência mental moderada e Surdez.

Este estudante iremos tratá-lo de Carlos, na época com trinta anos, no Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), era o único estudante com deficiência na sala.

Referente a sua comunicação, ele muitas vezes utilizava sinais “domésticos”, ou seja, fazia o uso de uma linguagem própria, usada em casa com os seus familiares. Esse tipo de linguagem é de difícil compreensão, pois a Libras é uma língua completa com estrutura própria, diferente da linguagem própria que este aluno usa em casa.

Lei Federal n. 10.436, de 24 de abril de 2002.

Art. 1º: é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único: entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos nas comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Com isso, Claudia não o entendia, e percebia que ele muitas vezes também não a compreendia. Infelizmente, ele adquiriu um conhecimento muito básico de Libras, aos trinta anos de idade.

Segundo Claudia, o relatório de desempenho disponibilizado pela escola que Carlos tinha estudado, cita - o com baixo vocabulário de Libras, e isso ocasiona um certo prejuízo para sua vida acadêmica, dessa maneira, acreditamos, que quando o estudante estava na idade adequada, não teve contato com a sua primeira língua, e como os professores também não sabiam Libras, por esse motivo, foi um fator relevante para abandonar seus estudos na idade certa.

Assim, podemos entender a sua grande dificuldade para acompanhar as disciplinas. Segundo Claudia, precisaria ensinar-lhe o que for possível em Libras, tentar simultaneamente alfabetizá-lo, pois o estudante não sabe ler, nem escrever, apenas fazer cópias.

Carlos, possui grande dificuldade de memorização. Os sinais que a Claudia ensinava em um dia, eram esquecidos no próximo, deste modo, era preciso utilizar a revisão todos os dias antes de começar uma aula nova, acredito que essa sua dificuldade explica a importância de o estudante surdo aprender Libras na idade certa, o quanto mais cedo for ensinado Libras, melhor e mais rápido será o seu sucesso na vida acadêmica.

Portanto, é o domínio da língua de sinais que tornará o surdo apto a produzir sua comunicação e adquirir conhecimentos, assumindo papel semelhante ao que a orali-

dade desempenha para o aluno ouvinte. Isso é confirmado por Quadros (1997), quando informa que a primeira língua de uma criança norteia, promove e facilita o acesso aos conhecimentos escolares, e é por isso que os surdos têm experiências diferenciadas em relação à construção do conhecimento. Diferentemente da criança ouvinte, o processo de significação da criança surda acontece da língua de sinais para a língua portuguesa escrita ao invés de ser da língua portuguesa oral para a língua portuguesa escrita. (Carvalho, 2010)

Mesmo feito o possível para ajudá-lo, Claudia não iria conseguir atendê-lo de forma efetiva, para que ele pudesse se desenvolver, seria necessário também um profissional especialista em Deficiências Múltiplas e o comprometimento dos professores e da comunidade escolar.

Omote (2004) considera que:

Em relação a proposta da educação inclusiva já que deixou algumas profundas marcas nos discursos educacionais. É hora de abandonar a retórica e buscar debates baseados em argumentos cientificamente defensáveis e buscar as evidências empíricas criteriosamente registradas. É hora de avaliar as alterações que foram introduzidas na rotina escolar a título de ensino inclusiva. (OMOTE, 2004. P.3).

Portanto, acreditamos que é de extrema importância as relações interpessoais, e os recursos materiais devem ser bem administrados visando o melhor desenvolvimento do estudante, e todo esse trabalho, só é bem-sucedido quando atinge o seu fim: o desenvolvimento global do aluno, essa afirmação vai de encontro com a ideia de Paulo Freire que deixa claro que, sem uma gestão democrática, você não consegue qualidade de ensino e muito menos que o menino e a menina queiram permanecer na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de um intérprete de Língua de Sinais, não assegura que questões metodológicas, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento, sejam consideradas ou que o currículo escolar sofra ajustes para contemplar peculiaridades e aspectos culturais destes estudantes. Não há uma garantia de que o espaço sócio – educacional em um sentido amplo que seja adequado, já que as crianças surdas permanecem, de certa forma, às margens da vida escolar.

Para Anita, Stinson e Gaustad (2002), é preciso ir além, oferecer uma educação que seja valorizada na participação da vida pública, que valorize a diversidade, que valorize a equidade e que tenha participação de todos.

É praticamente impossível, reorganizar tempo, espaços, conteúdos e reorganizar a relação do sujeito na escola e na comunidade, sem pensar na Gestão Democrática. Precisamos pensar no estudante Surdo e no Interlocutor de Libras, saber quem são, saber suas necessidades e anseios. É preciso discutir, pesquisar, analisar e entender sobre estes sujeitos, pois, a participação de todos os envolvidos, é de tal importância, para que, se sintam pertencentes no ambiente escolar.

Dessa maneira, o estudante pode aprender e realizar seu pleno potencial se tiver oportunidades iguais de participação na escola, apoiado com os recursos de acordo com suas necessidades e ensinada de maneira adequada, e isso não cabe apenas ao Interlocutor de Libras.

A educação estará ao acesso de todos os sujeitos, quando houver um ambiente democrático, a união, o caminhar no mesmo sentindo, oferecendo uma educação de qualidade, para que, todos os estudantes, se tornem protagonistas de seu aprendizado e de sua cidadania plena, dessa forma, o sistema de ensino deve ser inclusivo a partir do momento que é ofertado o atendimento educacional especializado ao estudante que tem suas especificidades, uma necessidade que deve ser atendida.

O aluno, assim que matriculado na escola, irá requerer do ambiente uma organização. Sendo um estudante Surdo, o gestor deve conhecer os documentos, as normativas que promovam o seu acesso e a acessibilidade, e para isso, é necessário informar a equipe pedagógica e a comunidade sobre o Projeto Político Pedagógico, assim, a escola que se organiza para eliminar todas as barreiras, sejam elas atitudinais, arquitetônicas, de informação, de comunicação e de práticas pedagógicas, será realmente uma escola democrática e inclusiva.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, NEIVA DE AQUINO. Serviço de interpretação educacional para alunos surdos na educação básica de escolas públicas de São Paulo: um serviço em construção. VI Congresso Brasileiro multidisciplinar de Educação Especial e VII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial.

Londrina de 08 a 10 de novembro de 2011.

A gestão escolar democracia ainda é um desafio para os educadores? https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1923/a-gestao-escolar-democratica-aindaeum-desafio-para-os-educadores

A importância da Inclusão de aluno com deficiência auditiva na escola de ensino regular de Naviraí/MS: Um estudo de caso. https://www.nucleodoconhecimento.com.

br/pedagogia/aluno-com-deficiencia-auditiva

Escola Democrática – Um caminho para um ensino de qualidade para todos.

https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/escola-democraticaumcaminhopara-um-ensino-qualidade-.htm

Gestão escolar: conheça as competências necessárias para o diretor. https://novaescola.org.br/conteudo/20506/diretor-escolar-habilidades-de-lideranca- eformacao-sao-fundamentais-para-ajudar-na--aprendizagem-dos-alunos

Liderança é decisiva para o processo de transformação digital da escola.

https://porvir.org/lideranca-escolar-efetiva-e-aquela-que-esta-ao-lado-

doprofessor/?gclid=EAIaIQobChMIgP2ym4Gh9gIVwg5yCh1Inw7HEAAYBCAAEgIISv D _BwE)

MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janine Soares. O Fenômeno de Ser Intérprete. In: QUADROS, Ronice Müller; STUMPF, Marianne Rossi. Estudos Surdos IV, p. 394-406. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

O valor da conexão para a gestão escolar. https://www.clp.org.br/gestao-escolarosaprendizados-para-uma-lideranca-adaptativa-mlg2-2/ (acesso em 12/12/2021)

O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. https://www.scielo.br/j/pcp/a/bRsngn3Cvx9dmYbkP4Lz6qG/?lang=pt

Quais as funções de um Diretor Escolar no dia a dia? https://escolaemmovimento.com.br/blog/gestao-escolar-quais-sao-as-funcoesdeum-diretor-no-dia-a-dia/

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In. VIEIRA, Sofia Lerche (org.) Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A Editora (Biblioteca ANPAE), 2002, p. 13 – 45.

QUADROS, RONICE MÜLLER. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, p. p.151-152 - Brasília: MEC; SEESP, 2006.

TEZANI, T. C. R. (2004). Caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlo, São Carlos, SP.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In.

CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.

VIGOTSKI, L. S. (1997). Los problemas fundamentales de la defefectologia contemporânea. In L. S. Vigotski, Obras escogidas. Vol. 5: Fundamentos de defectologia Madrid: Visor. (Trabalho original publicado em 1929).

SCHICK, B.; WILLIAMS, K.; BOLSTER, L. Skill levels of educational interpreters working in public schools in Journal of Deaf Studies and Deaf Education, vol 4, 1999, pp. 144-155.